



Ética e crise na economia brasileira recente

Ethics and crisis in the recent Brazilian economy

DOI: [https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2\(64\)e64890](https://doi.org/10.23925/1806-9029.35in.2(64)e64890)

Autor: **Alexandre Lyra Martins** - Professor titular do Departamento de Economia do campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: lyramartins@hotmail.com Orcid: 0000-0001-5150-7061

Resumo

O presente artigo pretende investigar se houve mudança na moral econômica predominante da sociedade brasileira com o advento da crise de 2014. Esta moral é compreendida como elemento superestrutural central da sociedade e delineada historicamente a partir da identificação dos princípios que regem as práticas do mercado e de sua expressão política. Verificou-se que a moral econômica na aludida crise continua definida por grupos tradicionais locais e pelo grande capital internacional, tendo traços predominantes primitivos, porém, sofre pequenas correções de rota no longo-prazo em razão de movimentos na dinâmica socioeconômica externa e interna, como foi o caso do período estudado.

Palavras-chave: Economia e sociedade. Ética econômica. Economia brasileira contemporânea.

Abstract

The present article aims to investigate whether with the 2014 crisis came a change in the prevailing economic morality in Brazilian society. This moral is understood as a central superstructural element of society and outlined historically through the identification of the principles that govern market practices and their political expression. Verified that economic morality in the aforementioned crisis continues defined by traditional local groups and by big international capital, having predominant primitive traits, however, it suffers small corrections in the course of the long term due to movements in the external and internal socioeconomic dynamics.

Keywords: Economy and society. Economic ethics. Contemporary Brazilian economy.

JEL: A12, E02, E71



Introdução

A crise socioeconômica, que abateu o país em 2014 e culminou com a interrupção do mandato da presidente Dilma em 2016, veio acompanhada de uma discussão nas mídias acerca de sua dimensão moral, algo que frequentemente ocorre quando uma crise alcança maior vulto. Constatando a importância da moral nas sociedades modernas, onde, na ausência do autoritarismo, ela deve ser respaldada pela população, alguns pesquisadores têm se debruçado sobre a relação desse elemento com as crises. Galbraith (2004), por exemplo, enfatiza a importância da moral econômica para explicar o desenrolar das grandes crises no início do presente século. A partir dele seguem outros estudos, como Magalhães (2018), aprofundando a análise da moral econômica praticada nos anos 2000 como fator determinante das crises globais de 2008.

Para o caso do Brasil, há estudos que discutem aspectos éticos da crise de 2014, mas não especificamente da moral econômica, tangenciando esse elemento. Rego e Palácios (2016, p. 67), por exemplo, afirmam que 2008 foi “... uma crise inerente ao desenvolvimento capitalista e às transformações sistemáticas que ocorrem nas sociedades em geral”, enquanto a crise contemporânea local deve ser observada “como reação provocada a uma pequena tentativa de modernização do capitalismo brasileiro” (ibidem), de cunho violento e ao mesmo tempo sutil na dimensão midiática¹. Tendo em vista esta lacuna existente na literatura, o presente artigo busca aprofundar essa hipótese, investigando a dinâmica da moral econômica predominante no país na década de 2010², considerando sua formação socioeconômica recente (século XX).

A moral econômica nacional preponderante é levantada a partir de pesquisa bibliográfica, buscando a identificação dos princípios que regem as práticas do mercado e de sua expressão política, manifesta principalmente nas disputas políticas no âmbito federal, e em particular na condução do executivo³. O parâmetro inicial é a reabertura da economia em 1990, momento da reinserção do país no mercado moderno globalizado, tendo como referência o *mainstream economics*, suas possíveis alterações nesse período e as repercussões nas práticas locais. Para além dessa avaliação mais contemporânea, a moral econômica também é colocada em perspectiva histórica por integrar o plano cultural, de modo que também são levados em conta elementos de sua evolução ao longo do período republicano do país, que dizem de sua construção e consolidação como processo até o padrão contemporâneo estabelecido.

¹ Os autores afirmam que “Não abordaremos aqui nem a crise econômica, nem a crise política, nem a de representatividade, tentando nos restringir às do campo moral.” (REGO; PALÁCIOS, 2016, p. 64).

² 2014 é o marco da crise, que foi explorada como temática principal em revistas especializadas, como Estudos avançados (2017). Essa crise foi agravada pela chegada da pandemia da COVID em 2019, que levou a economia brasileira, na década de 2010, a um de seus piores desempenhos dos séculos XX e XXI (ver <https://www.cnnbrasil.com.br/business/pib-brasil-termina-2020-com-segunda-decada-perdida-e-a-pior-desde-1900>).

³ Seguindo, nesse contexto, as concepções de hegemonia e blocos no poder (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 918-921).



1. Elementos teórico-metodológicos

A moral econômica é a essência superestrutural dos sistemas socioeconômicos. Mudanças técnico-produtivas provocam variações morais por sua potência, alterando as formas de convivência social, que são protegidas posteriormente por uma crosta ideológica de valores que se consolidam na sociedade e no mercado. Conforme Rocha (2007, p. 11), as transformações tecnológicas recentes engendraram uma nova indústria cultural, na qual “... são criadas continuamente condições cada vez mais favoráveis para a alienação não só do trabalho humano, mas também da produção”, que se manifestam na mercantilização dos desejos, terminando por esvaziar o significado das utopias sociais⁴.

Uma unidade social é formada a partir da definição da relação de produção referencial por processos dialéticos, como resultado de um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas, que leva à formação da estrutura econômica e do manto institucional que respalda a perpetuação dessa relação e dos paradigmas vigentes através de uma ordem política instituída (Marx, 1986, p. 25). Embora a moral tenha várias dimensões, a moral econômica corrente tem lugar destacado na constituição ideológica por refletir os principais interesses dos grupos dominantes. O plano econômico dialoga e se articula com as demais esferas da vida humana, geralmente se sobrepondo a elas, mas como não se trata de processo mecânico ou linear, há rebatimentos e conjunturas nas quais aspectos da moral social podem passar a ser elementos importantes na definição do *modus operandi* econômico.

O processo histórico, por sua vez, não é espacialmente uniforme, alcançando territórios e suas populações de forma distinta. Conforme Ribeiro (1998, p. 196), as civilizações pioneiras em transformações da matriz técnica se expandem, invadindo espaços para modificá-los de fora para dentro, decorrendo daí as formações subdesenvolvidas, que foram integradas ao “... sistema econômico mundial através de processos de atualização histórica...” (ibidem 206). Se esse processo acontece na fase moderna da história, os valores predominantes dos países centrais não devem ser simplesmente impostos, já que o parâmetro vigente é liberal, aumentando a importância do campo moral para a sustentação da condição periférica com o aprofundamento de contradições específicas⁵. Nesse contexto, Ribeiro (1995, p. 261) assevera que, no nosso caso, “a particularidade de nossa transfiguração étnica é a continuidade... da ordenação arcaica, da dependência econômica e do caráter espúrio da cultura.”

A teorização acerca da moral predominante nos mercados tem dois referenciais principais, aos quais segue a síntese ética neoclássica, que aproveita ambas em seu

⁴ O autor esboça uma análise de inspiração marxista, mas se atém a referências filosóficas clássicas.

⁵ “No curso desse processo civilizatório, superam-se algumas formas mais despóticas de subjugação colonial, como a escravidão, mas permanecem e até se aprofundam os vínculos econômicos de subalternidade” (RIBEIRO, 1998, p. 196) que caracterizam a reformatação neocolonial. A aludida superação é apenas formal em algumas regiões, por persistirem nelas formas análogas à escravidão, em pleno século XXI.



escopo: Smith (2015) e Mandeville (2022). A fábula mandeviliana satiriza a sociedade humana por meio do desenrolar da saga de uma colmeia, contada em dois tempos: num primeiro ela é referência central em todas dimensões sociais, da excelência produtiva às leis formuladas, do conhecimento científico às forças armadas, mas num segundo momento tudo resvala em decadência devido a uma reviravolta moral. A ironia é que a excelência geral era norteadada pela ambição individual, pelos vícios privados na busca do sucesso socioeconômico, tanto que após a divindade das abelhas encher de honestidade seus corações para terminar com os problemas restantes, se instaura uma crise produtiva sem precedentes na colmeia, confirmando que valores virtuosos são inimigos da fartura econômica. A moral da estória aponta para uma essência pequena e egoísta do ser humano, que prioriza apenas a melhoria nas condições materiais da vida individual/familiar.

A fábula das abelhas está contextualizada no começo do século XVIII, uma fase primitiva do capitalismo em que o mercado era majoritariamente pré-industrial. Smith (2015), contudo, construiu sua teoria dos sentimentos morais a partir da crítica a Mandeville, falando de um mercado industrializado que se ergue baseado na valorização das iniciativas produtivas, que teria na demanda um crivo moral de ordem econômica e social, condenando condutas abusivas para obtenção de ganho monetário. Mais tarde, a ética neoclássica é elaborada compatibilizando as concepções de ambos, substituindo a premissa smithiana do trabalho (oferta) como valor fulcral para a precificação, pelo princípio utilitarista, conferindo amplos poderes à demanda. De acordo os neoclássicos, haveria uma flexibilidade moral significativa entre os agentes para realização de negócios, podendo o comportamento econômico paradigmático ser mais primitivo (padrão mandeviliano) ou mais avançado (padrão smithiano) a depender da dinâmica predominante na atividade produtiva (MARTINS, 2019, p. 25).

2. A moral econômica contemporânea no mundo

A ética smithiana em geral se coaduna com a moral predominante nos países mais desenvolvidos, que têm um acordo social maturado ao longo do tempo, no qual são apurados os valores da convivência socioeconômica (tornados homogêneos) e a produção para o mercado é diversificada e disseminada, garantindo distribuição de renda relativamente equitativa aos cidadãos. De outro lado, a maior parte das economias de mercado é marcada por um grau menor de desenvolvimento, que leva a um regime concorrencial mais acirrado e desigualdades significativas nos rendimentos dos fatores. Uma moral próxima à smithiana prevalece em alguns mercados desses países, mas não representa a mentalidade das elites dominantes, que os usa como parâmetro para agentes menos expressivos e para o consumidor final, no sentido de conferir um verniz moderno à economia em geral (MARTINS, 2022, p. 154).

O *mainstream economics* subdesenvolvido é dado, então, por uma moral de mercado mais primitiva, norteadada por atitudes mais agressivas, coerente com a hipótese supracitada de Ribeiro (1995) acerca da cultura econômica referencial nesses lugares. A flexibilidade moral se manifesta no utilitarismo praticado tanto pelo grande capital (de



raízes externas) quanto pelas oligarquias tradicionais locais, às quais se sobrepõe. Ocorre que essas últimas conseguem como contrapartida a concessão de espaços no acordo com os grupos internacionais atuantes internamente, nos quais prevalece sua moral tradicional. A moral econômica dominante ratifica a exigência de rendimentos elevados para ambas elites, com práticas diversas que colocam o interesse econômico acima de morais sociais, envolvendo a manipulação dessas por seu apelo popular.

A dinâmica econômica no século XX possui outro marco relevante antes da queda do socialismo real: as primeiras grandes crises econômicas. O arcabouço neoclássico mostrou-se insuficiente para explicá-las, o que impôs sua revisão teórica. A perspectiva keynesiana é então incorporada ao pensamento dominante, trazendo com ela alterações no padrão moral, como a tolerância ao endividamento público. O governo passou a estimular a atividade produtiva, gerando recuperação dos ganhos dos trabalhadores, diminuindo a margem de lucro e forçando o capital a buscar aumento no volume de vendas. Esse quadro perdurou até o fim do socialismo no leste europeu, quando o capital voltou a pressionar por mais liberdade de atuação, diminuição da regulação e da participação governamental na economia, para voltar a uma moral de mercado mais visceral.

A consequência principal das grandes crises para vários países pobres, por outro lado, foi o início do processo de transferência do capital para eles, num movimento objetivando a recomposição de rentabilidade. Do ponto de vista dos neoclássicos, o crescimento das economias levaria a uma evolução gradativa da moral primitiva para uma moral mais civilizada como defendia Smith, mas a sequência dos fatos até o século presente (com a hegemonia do mercado combinada a avanços tecnológicos expressivos) tem desmentido esse pretense enredo ao manter a moral na periferia com modernizações conservadoras. Nessa nova cena, o crescimento periférico permite apenas que a elite local passe a figurar nos filmes que antes assistiam, remodelando e reforçando a práxis agressiva já instalada, com protagonismo dos atores dos países centrais.

Resta verificada a hipótese crítico/histórica da convivência persistente entre pobreza e riqueza⁶, refletindo a lógica de valorização progressiva do capital, interrompida espasmodicamente, uma vez que a moral econômica mercantil só suplantou práticas extorsivas como resposta a mobilizações sociais significativas de grupos organizados diversos⁷. O *mainstream economics* global neoclássico na contemporaneidade⁸, portanto, tem textura predominantemente mandeviliana nos países periféricos, propiciada por

⁶ As mudanças, variações, adaptações e transformações dessa relação ao longo do tempo são discutidas em trabalhos como o de Paulani (2022).

⁷ A exemplo de ganhos salariais e melhorias nas condições de trabalho históricas conquistadas com mobilizações de trabalhadores e da revisão de parâmetros produtivos obtidos a partir das ações persistentes de organizações civis não governamentais ecologistas no fim do século XX.

⁸ A exceção seriam os poucos países comunistas ativos, no entanto, no mais significativo país dirigido por um partido comunista, a China, há ampla integração ao mercado internacional de mercadorias e de capitais, com expressivo volume de transações (ver BAI ET AL, 2006). Nesse caso, o mercado é útil ao governo comunista e o modelo comunista adotado é útil ao mercado.



movimentos econômicos diversos⁹, que de um lado enfraquecem a força de trabalho e de outro aumentam o poder das grandes empresas, produtivas e financeiras, no momento em que todos espaços passaram a disputar a presença do capital, incrementando o lucro¹⁰ e o juro¹¹.

3. A moral econômica local

Poucos autores se propuseram a estudar a moral econômica brasileira, delineando algumas conclusões a respeito. Pain (2008), Fonseca (1993) e Martins (2021; 2022) seguem linha de raciocínio similar, atribuindo características mercantilistas primitivas à moral prevalecente na economia brasileira contemporânea, remetendo ao clássico Mandeville (2021).

O Brasil é historicamente marcado por uma curta presença do capitalismo industrial e uma longa condução autoritária dos governos¹². O capital internacional define as linhas gerais do ordenamento econômico, ficando a cargo dos estratos superiores locais ocupar o território político para compor o arranjo superestrutural. Nesse processo, as forças armadas apoiam as elites locais, originárias do setor primário, e chegam para formar o tripé do modelo adotado, afinal exploração acentuada não se prolonga sem repressão. A elite dirigente dos governos advém de camadas mais influentes das oligarquias locais, que articulam nacionalmente os interesses regionais, e se alternam para preservação dos valores fundamentais do patrimonialismo¹³ e da alta lucratividade do capital, mas eventualmente cedem espaço para o comando das forças armadas em momentos de maior tensão.

Os grupos dominantes, internos e externos, são arredios a regulamentações que limitem suas práticas extorsivas diversas, de modo que normas são contornadas ou evitadas, e mesmo quando sancionadas, podem cair em desuso. As leis remetem a uma modernidade social e de mercado que não se sustenta na prática, cercada de instituições frágeis. Indicadores e estudos acerca da corrupção (FILGUEIRAS, 2009, PAGOTTO, 2010, MARANI ET AL, 2018) e da impunidade econômica (ALENCAR; GICO JÚNIOR, 2011, BARRETO et al, 2009, VILELA ET AL, 2004, MEZAROBBA, 2004, CASTILHO, 1996) locais confirmam a relevância desses valores para a sociedade. O país se adequou

⁹ Constatada por Nassif (2008) ao mostrar a evolução recente dos modelos de coordenação política entre nações e as respectivas teses econômicas por trás deles, para discutir as perspectivas de inserção mundial do Brasil a partir da crise de 2008.

¹⁰ Guedes; Cunha (2021) apresentam dados da recuperação da taxa de lucro no Brasil, comparando com alguns países desenvolvidos.

¹¹ Os juros brasileiros já eram significativos, situados frequentemente entre os maiores do mundo, o que resultou em pequenas variações dos altos patamares, como constata Cassetari (2002).

¹² Aspecto que também remete à colmeia de Mandeville (2022), onde não tinha vez a “desenfreada democracia”.

¹³ Eventualmente há dificuldade de manter esses acordos, momentos em que há uma janela de oportunidade para desenvolvimento do capital local via pacto alternativo. A última vez que isso aconteceu foi em na década de 1930, quando um grupo alternativo assumiu o poder e conduziu um processo de industrialização, capitaneado por Vargas, voltado para acumulação interna de capital.



a uma lógica que incorporou esses elementos a seu *modus operandi*, precificando procedimentos alternativos variados, desde a industrialização até seu ingresso na era da microeletrônica.

A moral econômica das elites dominantes locais possui um componente corporativista e uma face fisiológica no exercício do poder político, mas sua expressão síntese é o patrimonialismo. Vaz (2005, p. 222) detecta que o domínio desses princípios foi paradoxalmente consolidado na redemocratização, quando o país deixou de ser conduzido pelos militares e voltou ao conceito ocidental de Estado de direito na metade da década de 1980, marco político compatível com o mercado moderno. Pain (2008, p. 15), preferindo denominar essa moral com a terminologia de contra reforma, aponta no mesmo sentido, enfatizando que embora “... tenha o Brasil se transformado numa nação industrial, a natureza do Estado não se alterou substancialmente” nesse processo.

A população em geral compreende a moral econômica predominante e a reproduz em pequenos favores e vantagens, na medida das possibilidades (MIRANDA, 2018, p. 259), ao mesmo tempo, constata que não há lugar para ela no clube fechado da elite, mitigando sua frustração em escapes como o esporte ou a religião, que estimula o trabalho persistente e obediente como forma de redenção social e econômica. De tempos em tempos, a pressão acumulada aumenta pelo desgaste acentuado do poder de compra básico, fazendo a população reivindicar reposições de renda e melhoria nas condições de vida, mas suas demandas são minimamente atendidas para depois voltar o ciclo de corrosão salarial, se preciso sustentado por repressão autoritária.

3.1. Moral predominante e blocos de poder: formação histórica

Como visto anteriormente, a formação econômica do país ao longo da república foi guiada pela aliança entre oligarquias internas e grupos oligopolistas internacionais (OIOI), com protagonismo dos últimos e apoio das forças armadas, num pacto que marginalizou os demais segmentos. Esses interesses enfatizavam o ganho mais expressivo, acima do praticado em países centrais, sem preocupações com a construção de um capital local forte.

Historicamente, a maior parte da elite interna não enxergou a perspectiva de se tornar referência capitalista e só percebia o ganho excedente como superexploração tradicional do trabalhador ou apropriação do público pelo privado, lhe escapando a percepção da elevação de ganhos via mercado com realização de investimentos em processos tecnologicamente mais avançados, enquanto aos oligopólios internacionais não interessava transferir sua matriz tecnológica para periferia, nem estimular o desenvolvimento de novos capitais que pudessem vir a ser potenciais concorrentes futuros. Nessa conjuntura inóspita, quando um frágil capital local eventualmente tenta emergir, é sufocado em suas pretensões de protagonismo e volta a seu papel anterior. Alguns elementos devem ser colocados para a compreensão desse processo.

A ausência de visão capitalista moderna da classe dominante interna, envolvida em monoculturas desenvolvidas em grandes propriedades e determinadas pelo modelo



colonial vigente até o século XIX inibiu a formação de capitais industriais locais e de uma cultura empreendedora vanguardista. A persistência do projeto colonial ibérico fez fincar raiz na economia local a concepção oligárquica e sua cultura, afeita a relações em moldes feudais e escravocratas e à pessoalidade nas relações comerciais (BUARQUE, 1971), em contraposição à impessoalidade mercantil. No tempo, o projeto colonial local consolidou vínculos dependentes com as potências em suas respectivas épocas, primeiro Inglaterra e depois EUA.

A mentalidade econômica da elite local forma uma cultura sedimentada, comandada basicamente por mercantilistas diversos: proprietários de terra e comerciantes liberais (FURTADO, 2014, p. 120-121), que, no entanto, têm leitura distorcida do liberalismo, uma vez que se guiavam pela interpretação equivocada da teoria smithiana feita pelo Visconde de Cairu, defensor de um livre comércio sem industrialização, diferentemente da leitura predominante nos EUA feita por Hamilton, que enfatizava a divisão do trabalho e a indústria (FURTADO, 2007, p. 152-153). Uma parte dos comerciantes liberais vai se transformar em capitalista industrial e terá impulso no período excepcional de Vargas¹⁴, mas com exceção desse período, a formação de grandes indústrias de matriz nacional permanece fora das prioridades das elites dirigentes governamentais até os dias atuais, e assim, sem apoio estatal, esse capital não consegue furar o bloqueio tácito estabelecido pelo pacto OIOI.

As elites tradicionais se organizam regionalmente e se fazem representar sistematicamente no congresso nacional, de maneira a garantir a preservação dos interesses da aliança (VAZ, 2005, p. 226-227), e assim, entravam projetos de modernização efetiva da estrutura produtiva. Os Estados mais relevantes da Federação (SP, RJ e MG) e da região Nordeste (BA, CE e PE), detêm os grupos econômicos mais ativos historicamente, compondo constantemente as elites dirigentes.

A chegada do capital (externo) não vai trazer uma nova moral, industrial e financeira, ao contrário, vai reforçar a moral oligarca/mercantilista para produção de mais excedente para as matrizes. O *modus operandi* liberal vai ser referência formal para a economia, mas a moral predominante, tanto nos rincões quanto no centro do poder político, é uma variação modernizada da moral tradicional, que admite mais facilmente, por exemplo, uma participação governamental maior na economia, tanto do ponto de vista do gasto macroeconômico, quanto da regulamentação da atividade produtiva, para atender ao fisiologismo e patrimonialismo das elites internas.

3.2. Dinâmica recente (a partir de 1990)

Desde as primeiras eleições presidenciais após a redemocratização, em 1989¹⁵, a população se dividiu entre candidatos alinhados à esquerda e à direita, com predomínio

¹⁴ A conjuntura externa de conflitos mundiais viabilizou a ascensão do grupo nacionalista e moderno, mas a condução do processo de modernização e industrialização da economia brasileira por Vargas também foi importante para pesquisadores como Lassance (2020) e Fonseca (2010).

¹⁵ Tancredo neves foi eleito presidente em 1985 por colégio eleitoral, no congresso nacional.



desses últimos¹⁶, confirmando o maior poder de formação e disseminação de valores dos interesses da aliança OIOI. Com as primeiras gestões eleitas, dos liberais Collor e FHC, as esperanças de recomposição nos rendimentos básicos corroídos por anos pela inflação e de melhora nos indicadores sociais foram frustradas. A população reconhecia o comando das elites tradicionais e a necessidade de ressaltar os mecanismos de mercado para alavancar os empregos, mas o acúmulo da frustração foi fator decisivo para eleição dos governos petistas na sequência, representantes históricos das causas dos trabalhadores, revertendo e renovando as expectativas.

Ao longo dos governos militares foi construído algum capital industrial local, que se engajou politicamente nas supracitadas gestões, buscando ocupar um espaço nos estratos econômicos superiores que definiam a ordem econômica, porém sua fragilidade era patente perante a força econômica, tecnológica e política do capital internacional, que voltava disposto a retomar os mercados ‘emergentes’ temporariamente fechados e eles. O voo da indústria nacional na tentativa de participar ativamente do jogo de poder não teve fôlego, minguou e restaram casos isolados de produção industrial avançada geradora de tecnologia de ponta (ESPÓSITO, 2017, SARTI; HIRATUKA, 2017).

As gestões petistas apresentaram alguns avanços na agenda social e econômica, sem romper com o utilitarismo pragmático dos grupos oligárquicos dominantes, tolerando a continuidade da tradição patrimonialista (particularmente na ocupação do Estado) para garantir a governabilidade. Rego e Palácios (2016, p. 5) concordam que “Em nome do amplo arco da sociedade, cedeu-se em pontos e em questões que eticamente não seriam aceitáveis.”, mas não acreditam na determinação exclusiva desse fator para a decadência política petista, apontando para todo um quadro de dependência econômica e cultural. Como coloca Martins (2019, p. 33), a cobrança moral de governos com alguma inclinação à esquerda, como os petistas, é diferenciada porque sua pauta socioeconômica é mais ambiciosa, incluindo a substituição do paradigma moral tradicional e seus vícios, o que significa combater os esquemas de retroalimentação de riqueza dos grupos dominantes e realocar recursos públicos para investimentos e atendimento de demandas sociais. Três gestões petistas consolidaram pequenos avanços em várias áreas¹⁷, e proporcionaram um pequeno e persistente crescimento que absorveu mais força de trabalho e redistribuiu levemente a renda em favor dos segmentos inferiores (Dedecca, 2014), mas sem a realização de reformas estratégicas estruturais; condição das elites conservadoras¹⁸. Mesmo assim, essas elites deixaram a aliança ao primeiro sinal de fragilidade socioeconômica e política, para investir no desgaste do governo até chegar ao impedimento¹⁹. Foi quando aconteceram as manifestações políticas da população (2013), seguida da crise econômica; iniciada em 2014.

Como se viu, todas estratégias políticas petistas foram insuficientes para convencer a opinião pública da legitimidade de seu projeto, isso porque a direita domina os

¹⁶ Considerando como centro-direita o antes esquerdista Fernando H. Cardoso, na linha de argumentação de Teixeira; Pinto (2012, p. 916-917).

¹⁷ O segundo mandato da presidente Dilma estancou a expansão de avanços socioeconômicos em razão de forte ajuste fiscal empreendido (BEM, 2017).

¹⁸ Que emplacaram reformas liberais, como a trabalhista.

¹⁹ Conforme constata e analisa Dowbor (2017, p. 89).



mecanismos de manipulação de mídia, a ponto de transferir a responsabilidade de seus esquemas políticos para a esquerda. De outro lado, a população elege um presidente centro-esquerda, mas frequentemente não é transformador na escolha dos parlamentares, entretendo o avanço. A quantidade expressiva de congressistas identificados com a direita, na maioria dos casos arcaica, reflete a presença da moral primitiva por todo país.

Com a ‘descoberta’ da corrupção nos governos petistas, o antipetismo ganha força e os indecisos na eleição seguinte (2018) acompanham a alternativa ascendente contra o sistema, via efeito manada. A escolha final, Bolsonaro²⁰, personifica o salvacionismo histórico contra o avanço de uma dita ‘moral corrosiva à família tradicional’ e das esquerdas, que teriam se corrompido ao aceitar as históricas práticas escusas do fisiologismo²¹, em um reacionarismo como resposta ao voto de confiança quebrado. Ele é separado da tradicional política patrimonialista²² por representar um novo inspirado no antigo, na moral militar, e também teve sua imagem construída à semelhança de um tipo comum²³, medíocre. A cultura dependente/arcaica que esteve fora do foco central, volta à cena de forma barulhenta, mostrando sua força com o novo reacionarismo.

Sobre 2018 há consenso de que se trata de uma eleição atípica, porém, mesmo essa especificidade pode ser enquadrada num processo maior, econômico e político, em que o país, capitaneado por lideranças conservadoras, geralmente renovadas, é manipulado para se dirigir a ‘salvadores da pátria’ após ameaça de algum projeto de cunho esquerdista chegar ao poder, ou de sua presença efetiva no governo. São válvulas de escape controladas pelo *stabliment*, num movimento pendular que ocorre numa periodicidade aproximada de três décadas (MARTINS, 2021, p. 7). Depois de Vargas, três presidentes correspondem a esse perfil e movimento cíclico (Jânio Quadros, Fernando Collor e agora Bolsonaro) e representam a recuperação do modelo tradicional em sua formatação integral, com suas facetas, garantindo altos lucros e concentração de renda nas mãos das oligarquias e dos grupos estrangeiros.

Pode-se dizer, portanto, que a moral econômica local predominante na atualidade é uma modernização do padrão histórico neocolonial, cujo marco inicial é a queda de Vargas. Com sua saída²⁴, é restaurada a moral liberal primitiva, agora no contexto de um país

²⁰ Nome gestado e articulado por setores do braço militar da OIOI, as forças armadas (CONCEIÇÃO, 2021, p. 51-52).

²¹ Aqui não se discute o mérito da questão, apenas se ressalta que a justiça não tem encontrado provas para condenar Lula ou Dilma.

²² Embora sua carreira política seja frequentemente associada a episódios de corrupção, o que permite encaixá-lo no perfil tradicional de político brasileiro (ver, por exemplo, <https://veja.abril.com.br/politica/ex-assessor-de-bolsonaro-admite-esquema-de-rachadinha-no-cla-do-presidente/>).

²³ Lula também se beneficiou dessa identificação popular, afinal também se trata de um cidadão comum, mas destacado, inversamente, pela sagacidade, inteligência e capacidade de articulação. Representando propostas bem distintas, ambos foram inicialmente rejeitados pelas elites e depois incorporados, mas o petismo foi reprovado por essas em razão de seus ‘resultados’ representarem uma ameaça de contenção ao alto padrão de acumulação exigido.

²⁴ As elites tradicionais já começaram a exercer seu poder durante o governo Vargas, a partir de seu alinhamento com o eixo para combater o nazismo.



formalmente republicano e parcialmente industrializado, embora com diversas lacunas estruturais. Os oligarcas se reergueram ao longo da fase adversa de Vargas na medida em que o capital estrangeiro também se reorganizou após a guerra, e ambos voltaram a determinar os rumos políticos e econômicos, conclamando o país a crescer e se modernizar sem preocupação com demandas sociais ou de classes. Quando o PT chega ao poder seis décadas depois, a moral primitiva da OIOI não é colocada de lado, é apenas arrefecida²⁵, o suficiente para caracterizar uma variação que permitiu algumas concessões a segmentos menos favorecidos da sociedade e para mobilizar os interesses tradicionais em torno da recuperação dos parâmetros morais econômicos anteriores.

4. Moral econômica e crise na contemporaneidade nacional

O desenrolar do período 1990-2016 não inova, reforçando um processo cíclico-histórico, pois como exposto ao final da última seção, a ascensão de projetos de inclinação nacional-esquerdista seguida da eleição de um salvacionista para encerrar as concessões aos trabalhadores, já foi observada em outras fases da economia brasileira. A outra saída histórica para tirar a esquerda do poder, o golpe militar²⁶, dessa vez não foi colocada em pauta por duas razões: 1. O domínio hegemônico de um *mainstream* moderno e democrático no mundo, e 2. Não houve interrupção da moral dominante, apenas um arrefecimento dela. Mesmo assim, a solução encontrada flerta diretamente com o autoritarismo, na medida em que é articulada junto com o braço armado da OIOI, via construção de uma consistente rejeição à esquerda, por meio de moderna manipulação midiática.

Em todo esse processo histórico recente, a moral econômica predominante usou a moral social para alavancar sua proposta de continuidade disfarçada, enfatizando valores tradicionais e combate à corrupção. Uma diferença importante nas duas últimas décadas é a aceleração do progresso técnico (desencadeada ainda no fim do século anterior), que gerou a internet e as redes sociais virtuais, cuja potência foi percebida de imediato, paradoxalmente, por setores da elite conservadora, frente à constatação de um esgotamento das mídias convencionais. A tecnologia digital, então, foi usada para produzir uma realidade paralela, baseada no resgate de morais anacrônicas, sustentadas por meio de inverdades diversas, negando, inclusive, os avanços científicos que geraram os próprios instrumentos de disseminação da informação usados.

A crise política e econômica instalada em 2014 marcou o rompimento da aliança OIOI com as forças de centro/esquerda, entregando de volta a exclusividade do poder às elites dominantes por meio de armadilhas morais lançadas à população, com objetivo de recolocar a moral econômica excludora como referência única, abrindo caminho para piora na distribuição de renda. Trata-se da reafirmação de valores entranhados em uma sociedade conservadora composta por significativos segmentos reacionários, que no

²⁵ As elites dominantes permaneceram no círculo do poder e impuseram ganhos substanciais para o capital, como atestam os números apresentados por Gonçalves (2012) em sua análise do modelo econômico dos governos Lula.

²⁶ Casos de Getúlio Vargas e João Goulart.



passado recente estiveram camuflados por camadas de institucionalismo moderno e terminaram explicitados na década de 2010 devido a uma conjuntura política e econômica específica. Uma parte importante dessa mentalidade anacrônica do mercado foi gestada no processo de industrialização local, comandado em grande parte pelas forças armadas após Vargas.

O capital industrial no Brasil foi gestado à sombra de gestões militares, criando afinidade com o autoritarismo, mas entram nos anos 1990 com participação secundária, tem trajetória declinante na economia, ao mesmo tempo que ganha expressão o capital agropecuário, expandindo negócios no país e espalhando uma cultura econômica primitiva típica de 'desbravadores' no presente século, com discursos sociais conservadores e liberais radicais para os negócios. Esse segmento, corresponde à modernização das oligarquias tradicionais, atende perfeitamente ao reacionarismo e é fundamental para a remobilização política dessas elites, agora ainda mais representadas e atuantes no congresso. Assim, observa-se a volta de ações agressivas do capital agro de forma ampliada no presente século, se expandindo para o centro, para o sul do nordeste e para o norte do país (PITTA ET AL, 2017).

A reação ao projeto petista representa uma volta ao casulo, nos moldes do que explanou Banfield (1967) para explicar a pobreza e o isolamento socioeconômico como resultado da rejeição à chegada da modernidade numa cidadela rural italiana, caracterizando o que ele designou de comportamento familista amoral. O mercado primitivo é compatível com o protecionismo familiar, que admite meios desvirtuados para obtenção de ganhos econômicos para os mais próximos e não prevê entrada de estranhos na conformação distributiva local. Essa lógica sempre esteve presente da maneira sub-reptícia, tornou-se explícita e ganhou contornos nacionais com a eleição de Bolsonaro e a ascensão de um liberalismo antiquado, selvagem e autoritário, sem limites para exploração humana e dos recursos naturais, que jogou o país num limbo político mundial²⁷.

5. Conclusões

O estudo constatou a presença de uma moral primitiva no ambiente econômico brasileiro como regra, ao menos desde a metade do século passado, moral essa correspondente aos moldes da concepção mandeviliana. No princípio do século 21, as gestões petistas possibilitaram avanços sociais de curto alcance e uma melhora residual na distribuição de renda, graças à acomodação temporária de segmentos populares na denominada aliança OIOI, responsável pela definição dos parâmetros morais referenciais. Assim, a hipótese inicial foi confirmada, uma vez que a crise de 2014 representou uma retomada do padrão de acumulação sem concessões, de maneira mais plena.

²⁷ O presidente eleito em 2018 não é convidado, nem é recebido, como chefe de Estado, em nenhum país ocidental desenvolvido (à exceção dos E.U.A, também excepcionalmente governado por um extremista de direita).



A observação histórica mostrou que desde os anos 1950 duas outras vezes (1964 e 1990) ocorreram eventos semelhantes no país, o que remete a um movimento pendular no padrão de acumulação, administrado pelas elites via manipulação da moral socioeconômica, para livrar o modelo dessas eventuais ameaças e desvios efetivos de rota. A moral de mercado agressiva se mantém, variando apenas em curtos períodos dentro de longos ciclos (cerca de 30 anos), nos quais a exaustão do modelo é dada pela ascensão de projetos populares (no bojo do excesso de exploração), que chegam ao poder ou são abortados de forma autoritária pelo braço armado (oficial) dos grupos dominantes. Esses episódios atestam que a sociedade tenta reagir, mas os grupos alternativos não conseguem acumular forças suficientes para impor uma ordem econômica mais avançada, tal qual a formulação smithiana.

Práticas de mercado diversas demonstram o *modus operandi* primitivo, como a corrupção sistemática decorrente da relação promíscua entre o público e o privado (típica do patrimonialismo) e a impunidade econômica que segue. O capital industrial local define o processo, sem protagonismo também na era digital/robótica, cedendo lugar à crescente importância do capital agropecuário, a versão atualizada das oligarquias rurais, que ganha espaço geográfico, econômico e político na crise, com atitudes e discursos agressivos. A modernidade tecnológica, por sua vez, é capitalizada pelas elites locais como eficiente meio para trabalhar e sustentar tanto a moral econômica quanto a social.

O estudo do processo histórico ao longo da república confirmou que as variações de conduta e comportamento econômico na sociedade tem associações com mudanças no padrão de acumulação, seja gerado por fatores políticos (queda do socialismo) ou técnico-produtivos (microeletrônica e internet) advindas de contexto histórico socioeconômico mundial. O padrão moral predominante no Brasil reflete as profundas raízes oligarcas das elites locais e o poder do capital estrangeiro na condução conjunta dos rumos econômicos locais, mesmo nos governos de centro-esquerda recentes, quando são encaminhadas pautas suas, como reformas trabalhistas e privatizações. Enfim, do ponto de vista ético, 2014 foi uma crise moral aparente, de ajustes para reafirmação da consolidada moral de mercado referencial que ampara um padrão periférico de acumulação.

Referências

ALENCAR, Carlos. H.; GICO JÚNIOR, Ivo. Corrupção e judiciário: a (in)eficácia do sistema judicial no combate à corrupção. **Revista Direito GV**, 2011, v. 7, n 1, p. 75-98.

BAI, Chong-Em et al. The Return to Capital in China. **NBER Working Paper**, 2006, n. 12.755, p. 1-23. Disponível em <https://www.nber.org/system/files/working_papers/w12755/w12755.pdf> Acesso em 20/02/2023.



- BANFIELD, Edward. C. *The moral basis of a backward Society*. New York: Free press, 1967. Disponível em < <https://coromandal.files.wordpress.com/2011/02/edward-c-banfield-the-moral-basis-of-a-backward-society.pdf>> Acesso em 10/09/2022.
- BARRETO, Paulo. et al. *A impunidade de crimes ambientais em áreas protegidas federais na Amazônia*. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), 2009.
- BEM, Augusto P. *Gestão fiscal do governo Dilma e a depreciação do resultado primário*. *Indicadores Econômicos FEE*, 2017, v. 44, n. 3, p. 9-26. Disponível em <http://200.198.145.164/index.php/indicadores/article/view/3840> Acesso em 10/08/2022.
- CASSETTARI, Ailton. *Um estudo empírico da evolução das taxas de juro de curto prazo no Brasil desde o Plano Real*. *Estudos econômicos*, 2002, v. 32, n. 3, p. 409-440. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/117814/115461>> Acesso em 21/02/2023.
- CASTILHO, Ela W. **O controle penal sobre os crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei N. 7.492, DE 16.06.86)**. 467 f. Tese (doutorado em direito). Florianópolis: Curso de pós-graduação em direito, Universidade Federal Santa Catarina, 1996.
- CONCEIÇÃO, André G. *Brasil: o golpe de 2016, o governo Bolsonaro e as forças armadas*. **Pontos de Interrogação**, 2021, v. 11, n. 1, p. 45-61. Disponível em <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/14238> Acesso em 10/08/2022.
- DEDECCA, Cláudio. S. *A queda da desigualdade de renda corrente e a participação do 1% dos domicílios de maior renda, 2000-2010*, **Revista de Economia Política**, 2014, v. 34, n. 2, p. 249-265. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rep/a/MCvZkWyZrmtJgdmS8w8nLsn/?lang=pt> Acesso em 02/08/2022.
- DOWBOR, Ladislau. *Entender a crise, retomar as conquistas*. **Estudos Avançados**, 2017, v. 31, n. 89, p. 98-95. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/132420/128554>> acesso em 19/07/2122.
- ESPÓSITO, Maurício. *Desindustrialização no brasil: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional*. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, 2017, n. 46, p. 120-146. Disponível em <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/293> Acesso em 01/03/2023.
- ESTUDOS AVANÇADOS**, v. 31, n. 89, 2017. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/9745>>. Acesso em 05/07/2022.
- FILGUEIRAS, Fernando. *A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social*. **Opinião Pública**, 2009, v. 15, n. 2, p. 386-421. Disponível em <https://www.scielo.br/j/op/a/8vV5w5whdMLRD3sqWVPV6fgg/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 16/09/2021.
- FONSECA, Eduardo. G. **Vícios privados, benefícios públicos? A ética na riqueza das nações**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- FONSECA, Pedro. C. *Nem ortodoxia, nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira*. **Tempo**, 2010, v. 14, n. 28, p. 19-58. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/tem/a/8cKZ3vZNOwjsx9Fhc6PmGsK/?lang=pt>> Acesso em 05/07/2022.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.



- FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.
- GALBRAITH, John. K. **A economia das fraudes inocentes: verdades para o nosso tempo**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.
- GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2012, n. 31, p. 5-30. Disponível em <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/875> Acesso em 11/05/2022.
- GUEDES, Leandro. T.; CUNHA, Elcemir. P. Financiamento do capital fixo (1970-2012): dissolvendo o paradoxo aparente entre financeirização e autofinanciamento em contexto de queda da taxa de lucro. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, 2021, v. 8, n. 1, p. 16-54. Disponível em <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/394/pdf> Acesso em 21/02/2023.
- HOLANDA, Sérgio. B. **Raízes do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio editora, 1971.
- LASSANCE, Antonio. Revolução nas políticas públicas: a institucionalização das mudanças na economia, de 1930 a 1945. **Estudos Históricos**, 2020, v. 33, n. 71, p. 511-538. Disponível em <https://www.scielo.br/j/eh/a/7x8kDcnT7CpHfYg4NBH8kwc/?lang=pt&format=html> Acesso em 05/05/2022.
- MAGALHÃES, Sónia. M. **Uma análise ética da crise económico-financeira nos EUA**. 128 f. Dissertação (mestrado em economia) - Católica Porto Business School, Porto: 2018. Disponível em <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/26592/1/Uma%20An%C3%A1lise%20%C3%89tica%20da%20Crise.pdf> Acesso em 26/10/2022.
- MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas: vícios privados, benefícios públicos**. Disponível em <https://projetophronesis.wordpress.com/2014/11/20/a-fabula-das-abelhas-de-bernard-mandeville/>. Acesso em 31/07/2022.
- MARANI, Sílvio. C. et al. Meanings of research on corruption. **Revista de Administração Pública**, v. 52, 2018, n. 4, p. 712-730. Disponível em www.scielo.br/pdf/rap/v52n4/en_1982-3134-rap-52-04-712.pdf Acesso em 08/06/2020.
- MARTINS, Alexandre L. Desafios éticos contemporâneos das economias de mercado. **Revista de Economia Política e História Econômica**, 2019, n 42, p. 16-35. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1j67bawqVWrmTeuB2jGYLitLvZIBKJZdDI/view> Acesso em 01/11/2022.
- MARTINS, Alexandre L. Smith, Mandeville e a moral do brasileiro contemporâneo. **Revista de Economia Política e História Econômica**, 2022, n. 47, p. 141-158. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1tloWH4-ij1rBCGvBnfjM4YhHbvS6TP_R/view Acesso em 18/07/2022.
- MARTINS, Alexandre L. A ética neoclássica explica a moral predominante na economia brasileira? **A Economia em Revista**, 2021, v. 29, p. 75-86. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/61266/751375153761> Acesso em 12/07/2022.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova cultural, 1986.



MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. **SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos**, 2004, v. 1, n. 1, p. 7-25. Disponível em www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/sur-13.pdf#page=7 . Acesso em 07/07/2022.

MIRANDA, Luiz. F. Unificando os conceitos de corrupção: uma abordagem através da nova metodologia dos conceitos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2018, n. 25, p. 237-272. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/VPBTRQmsPqT8KLqJmCnqpn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22/08/2022.

NASSIF, Luís et al. A crise internacional e seu impacto no Brasil. **Estudos avançados**, 2008, v. 22, n. 64, p. 185-214. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/ea/a/TDtC5wWPmy74DcQccVnntyC/?lang=pt#>> Acesso em 21/02/2023.

PAGOTTO, Leopoldo. U. **O combate à corrupção: a contribuição do direito econômico**. 413 f. Tese (doutorado em direito). São Paulo: Faculdade de direito/Universidade de São Paulo, 2010.

PAIN, Antônio. Avanços na determinação do conteúdo do debate ético no Brasil. **Revista Estudos Filosóficos**, 2008, n. 1, p. 28-43. Disponível em < <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2415>> Acesso em 28/09/2022.

PAULANI, Leda. M. A dependência revisitada: relações de troca, a fase 4.0 e o caso do Brasil. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, 2022, n. 64, p. 68-106. Disponível em < <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/1009>> Acesso em 20/02/2023.

PITTA, Fábio T. et al. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. **Estudos internacionais**, 2017, v.5, n.2, p. 155-179. Disponível em < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/P.2317-773X.2017v5n2p155/12976>> Acesso em 02/03/2023.

REGO, Sergio; PALÁCIOS, Marisa. Ética e democracia em tempos de crise. **Saúde em Debate**, 2016, v. 40, p. 63-72, número especial. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/vLr7McrVNSBfzTDHC878Vnb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 26/10/2022.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ROCHA, Zeferino. Ética, cultura e crise ética de nossos dias. **Síntese - Revista de Filosofia**, 2007, v. 34, n. 108, p. 115-131. Disponível em < <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/227/416>> Acesso em 26/10/2022.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. **Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais**. Texto para Discussão, n. 290. Unicamp. IE, Campinas: 2017. Disponível em <



<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3510/TD290.pdf>> Acesso em 02/03/2023.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. 2 ed. São Paulo: WMF Martins fontes, 2015.

TEIXEIRA, Rodrigo. A.; PINTO, Eduardo C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, 2012 v. 21, p. 909-941, número especial. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ecos/a/WRPZxp3LrymkXcqsR6gmNXD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 19/09/2022.

VAZ, Lucio. **A ética da malandragem: no submundo do Congresso Nacional**. São Paulo: Geração editorial, 2005.

VILELA, Rodolfo. A. et al. Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes do trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, 2004, v. 20, n 2, p. 570-579. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csp/a/n9YJ9gXknCxXCpBztHLB9LG/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 21/08/2022.

Recebido: 02/02/2022

Aprovado: 01/06/2023



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).